

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/04/2015 a 30/04/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Ministra diz ao Banco Mundial que Brasil pode produzir mais sem desmatar – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 02/04/2015	4
Tradição mostra resistência das mulheres quilombolas na preservação da Caatinga – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 08/04/2015	4
Em defesa do Desenvolvimento Sustentável. Barack Fernandes – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 08/04/2015	5
CAR vira eficiente ferramenta de gestão municipal. Paulenir Constâncio – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 09/04/2015	7
Abiove e Aprosoja discutem critérios de sustentabilidade com europeus. Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 09/04/2015	8
Ministra recebe comissão do Conselho Nacional Extrativista. Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 10/04/2015	8
MMA integra preparatória que discute convenções de produtos tóxicos. Rafaela Ribeiro – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 13/04/2015	9
MMA tem novo comando para Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 13/04/2015	10
Conservação do solo é ação estratégica do MMA. Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 14/04/2015	11
MT: Incra vai incluir todos os assentamentos do estado no CAR até 05 de maio – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 14/04/2015 ..	12
Ministro recebe representantes do Observatório do Código Florestal. Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/04/2015.....	13
Venda de orgânicos cresce 11% nos EUA. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 16/04/2015	14
Seminário Internacional do Cerrado debate a preservação e destruição do bioma. Elvis Marques – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 17/04/2015.....	15
Incra recebe relatórios antropológicos de três comunidades quilombolas no Piauí – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/04/2015 ..	16
Faep solicita novamente prorrogação do CAR após fala da ministra. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 22/04/2015	17
Plantar florestas para colher água. Leão Serva – Folha de São Paulo, Colunistas. 27/04/2015	18
Recuperação de 800 nascentes no Paraná recebe prêmio da ONU. Eliane Trindade – Folha de São Paulo, Empreendedor Social. 27/04/2015	19
Cadastro Ambiental Rural é tema de reunião entre ministros do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente. Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/04/2015	21

Acesso à terra e agroecologia foram pontos de debate no 3º Festival da Juventude Rural – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/04/2015	22
Aumenta o desmatamento em Roraima. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 28/04/2015	22
Patrus Ananias destaca importância dos territórios para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Jalila Arabi – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/04/2015	24
Incra e Conaq discutem desenvolvimento de comunidades quilombolas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/04/2015	25
Antigo latifúndio de eucalipto vira assentamento agroecológico – Site do MST. 30/04/2015	26

Ministra diz ao Banco Mundial que Brasil pode produzir mais sem desmatar – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 02/04/2015

País cumprirá meta da FAO de ampliar em 40% produção até 2050, afirmou

Durante reunião com a vice-presidente do Banco Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, Rachel Kyte, a ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) disse que o Brasil cumprirá a meta definida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) de aumentar em 40% a produção de alimentos até 2050, contribuindo para o desafio de vencer a fome no mundo.

“Com tecnologia e inclusão social no campo, o país tem condições de alavancar sua produção sem aumentar a área desmatada”, afirmou Kátia Abreu durante reunião nessa quarta-feira (1º) com a equipe do Banco Mundial.

“Temos um exército de produtores que estão excluídos do agronegócio. Sabemos que, com investimento em tecnologia, podemos tornar produtivas terras que estão sem uso adequado. Assim, ultrapassaremos a meta da FAO de aumentar em 40% a produção até 2050. Podemos chegar muito além do que isso, e sem desmatar”, declarou a ministra.

Rachel Kyte elogiou o desempenho da agricultura brasileira e destacou a “revolução de produtividade” pela qual passou o setor de grãos nas últimas décadas. “Mas entendemos que as mudanças que estão à frente são um desafio ainda maior”, acrescentou. “Temos convicção de que podemos gerenciar a terra de forma que a emissão de gases de efeito estufa reduza e a produtividade aumente”, afirmou a vice-presidente do Banco Mundial.

Agricultura de Baixo Carbono

Para alavancar a produtividade dos agricultores brasileiros sem aumentar o desmatamento e a emissão de carbono no meio ambiente, o Mapa pretende manter investimentos no Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono), apoiar agricultores de baixa renda com capacitação técnica e conhecimento sobre agricultura sustentável, investir em irrigação e plantação de florestas.

“Há diversas técnicas eficientes para evitar a liberação de CO₂, mas que ainda precisam ser democratizadas entre os nossos agricultores. Nós fazemos uma agricultura sustentável, porém temos que ajudar os pequenos a também contribuírem com o meio ambiente”, afirmou.

Kátia Abreu afirmou aos executivos que o Brasil tem 61% dos seus biomas preservados, o que representa 517 milhões de hectares de vegetação nativa. O continente africano, por exemplo, tem apenas 7,8%, a Ásia, 5,6% e a Europa, 0,3%. “É o maior território mundial de preservação. Nós só produzimos essa gigantesca agricultura em 27% do território nacional”, explicou.

Tradição mostra resistência das mulheres quilombolas na preservação da Caatinga – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 08/04/2015

A ancestralidade está mais viva do que se pensa no Sertão do Pajeú, em Pernambuco.

As agricultoras Gilvaneide Gomes, 49 anos, e Maria Aparecida Gomes, de 46 anos, reproduzem há anos uma prática de armazenamento de sementes que aprenderam com seus pais e herdaram de seus avós.

A tradição e adoção de velhas práticas de convivência no semiárido mantém a riqueza de conhecimentos e a conservação de espécies nativas do bioma da Caatinga. Essa experiência é contada e vivida no Quilombo Feijão, no município de Mirandiba, em Pernambuco.

"Essas sementes vem dos mais velhos, eles selecionavam as melhores e guardavam para o ano seguinte", diz dona Gilvaneide ao descrever as sementes crioulas, que se trata da reprodução de sementes nativas sem modificação genética, garantindo a originalidade e a qualidade. "As mais antigas daqui é de feijão 'canapú' e 'bastião', que existe desde o final da década de 60, muito antes de eu nascer", completa.

Com a auto-organização e a luta das mulheres quilombolas, o grupo conseguiu apoio para a construção de um banco de sementes para o quilombo. Toda comunidade se envolveu na construção e produção das espécies. Durante o processo, formaram uma comissão que organizam e tomam conta das sementes trazidas, são chamados de os guardiões. "Quando o agricultor ou a agricultora traz a semente para o banco, os guardiões colocam o nome da pessoa e o ano que aquela semente chegou, sempre que precisar a semente vai estar aqui, mas quando pega tem que devolver em dobro para que o banco não se acabe", explica Dona Maria Aparecida.

Para elas, esse banco de sementes tem um valor simbólico, porque além de ser uma herança da ancestralidade, também tem colaborado para incentivar os/as jovens na continuidade da tradição e no resgate de outras sementes que ficaram esquecidas no tempo, como feijão enrica mulher, paulistinha, canapú, rajado, bastião e outras variedades de culturas. Dona Gilvaneide lembra que "antes as pessoas ficavam esperando a semente do governo, comiam as suas e ficavam sem nada para plantar e produzir, depois a colheita não era tão boa".

Com essa técnica, as mulheres quilombolas estão armazenando sementes de plantas do bioma Caatinga, tanto medicinais como outras que ajudam na sustentabilidade do solo, através do Projeto "Mulheres na Caatinga", executado pela ONG Casa da Mulher do Nordeste.

Dona Maria Aparecida e Gilvaneide Gomes fazem parte das 210 mulheres que estão a frente do projeto na conservação da Caatinga e na recuperação de áreas degradadas. Além de estarem compartilhando seus saberes e conhecimentos com outras mulheres da região.

A preocupação delas é que essas sementes continuem sendo produzidas, contribuindo para a qualidade de vida das mulheres e homens do quilombo. Com chuvas, esperam resultados - banco de sementes cheio, maquinário funcionando e auto-organização.

Em defesa do Desenvolvimento Sustentável. Barack Fernandes – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 08/04/2015

Como resultado da luta incansável do Movimento Sindical dos Trabalhadores e

Trabalhadoras Rurais (MSTTR), através de suas ações estratégicas, a exemplo da Marcha das Margaridas, vai até quinta-feira em São Luis-MA, o Seminário Regional da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) na Amazônia, que tem como principal objetivo a construção do II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (II PLANAPO).

Presente no Seminário, o Vice-presidente e Secretário de Relações Internacionais da Contag, Willian Clementino Silva, contribui com o painel que mostra experiências que dão base para construção de Políticas Públicas pela Sociedade Civil Organizada na Amazônia. "Agroecologia não é só um modo de produção, mas sim um modo de vida, de ver a vida, sobretudo uma decisão de como a queremos. Por isso, afirmamos que sempre devemos primar por condições de produzir alimentos saudáveis, com garantia da Segurança, Soberania Alimentar e Nutricional", destacou.

Agroecologia e Produção Orgânica no PADRSS

Sempre presente nas pautas das ações estratégicas do MSTTR (Grito da Terra, Marcha das Margaridas, Festival da Juventude Rural, entre outras), a defesa da Agroecologia e Produção Orgânica, perpassa pela consolidação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, pois o PADRSS prima pela implantação de um modelo de produção e de organização dos (as) trabalhadores (as), que responda aos desafios do desenvolvimento rural sustentável e solidário, com garantia da soberania alimentar e territorial, que visa a garantia da Soberania e segurança alimentar, como direito e dever dos povos e das nações de definir suas próprias estratégias e políticas de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação saudável e de qualidade para toda a população, respeitando os valores culturais e a diversidade produtiva local, com preservação e conservação dos recursos naturais e respeito à biodiversidade e às formas de comercialização e gestão dos espaços rurais.

Pontuamos também que o Projeto do MSTTR, prima pela preservação e conservação ambiental, garantindo a relação harmônica e equilibrada entre as pessoas, a natureza e a produção, o que é potencializado pelo sistema produtivo da agricultura familiar, afirmando que é estratégico que as organizações sociais e produtivas e o Estado adotem a abordagem multidisciplinar e transversal no tratamento da temática ambiental.

Destacamos ainda que além da construção do II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (II PLANAPO), o Seminário Regional da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) na Amazônia, é de fundamental importância para articulação dos diversos movimentos sociais e ONGs, como a Contag, que defendem um desenvolvimento com respeito ao meio ambiente.

Programação do Seminário

Além da temática apresentada pelo representante da CONTAG, os e as participantes também terão a oportunidade de dialogar, refletir e debater outros temas, como: Amazônia: populações Tradicionais, Extrativismo e Agroecologia; Avaliar as políticas públicas e programas integrantes da I PLANAPO, que incidiram na Amazônia; Construir propostas para a II PLANAPO 2016/2019 e identificar prioridades na

execução do Plano; além de traçar estratégias de monitoramento do Planejamento da ANA Amazônia.

Participam do Seminário, além de agricultores familiares e quilombolas, representantes de várias organizações que defendem a sustentabilidade e soberania alimentar na Amazônia (Contag, STTR de Santarém-Pará, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Associação Brasileira de Agroecologia/ABA Norte, Alternativa para Pequena Agricultura no Tocantins (APATO), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Articulação Nacional de Agroecologia-ANA, Associação Agroecológica (TIJUPÀ), entre outras.

CAR vira eficiente ferramenta de gestão municipal. Paulenir Constâncio – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 09/04/2015

Prefeitos revelam que o Cadastro Ambiental Rural é útil até mesmo para planejar rotas de transporte escolar

Dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) tornaram-se ferramentas de gestão para prefeitos de dezenas de municípios brasileiros. Servem até para o planejamento de rotas de ônibus escolares, escoamento de produção, previsão de arrecadação de impostos municipais e combate às queimadas. As informações são de prefeitos e gestores municipais que participaram, nesta quinta-feira (09/04), de debate sobre o tema com o Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Paulo Cabral, no III Encontro dos Municípios Brasileiros, em Brasília.

O prazo para que o produtor rural faça o cadastro, que é declaratório, vai até o dia 5 de maio de 2015. A partir de 2017, aqueles que não tiverem cadastro perdem o direito ao acesso ao crédito bancário na hora de financiar a safra. Com a adesão, as propriedades rurais são automaticamente consideradas regulares do ponto de vista ambiental, ficando livres de autuação pelos dos órgãos de fiscalização federais e estaduais. A lei prevê sanções apenas para os que não se cadastraram e que desmataram em áreas de proteção ambiental e reservas legais a partir de 2008. Nesses casos, as multas podem ser enviadas pelos Correios, apenas com base nas imagens de satélites, sem a presença da fiscalização.

A regra, expressa no novo Código Florestal, foi lembrada pelo secretário Paulo Cabral. Dos participantes, ele ouviu que alguns produtores rurais ainda veem o CAR como instrumento voltado para a fiscalização. “O cadastramento é, na verdade, um instrumento de gestão poderoso em várias áreas, tanto para o governo federal quanto para os próprios municípios”, destacou.

EXPERIÊNCIAS

Ex-prefeito de Nova Ubiratan, Omar Rossetto relatou a experiência em seu município, destacando o papel do CAR na administração municipal. “Não me vejo mais na gestão de uma prefeitura sem uma base de dados como essa”, afirmou. Ele lembrou que o CAR influenciou o escoamento da produção, contribuiu para o aumento da arrecadação no município, auxiliou no combate às queimadas e provocou até mesmo mudanças em rotas de transporte escolar. O município mato-grossense esteve na lista dos que mais

desmataram na Amazônia Legal e conseguiu sair quando atingiu 80% de propriedades rurais cadastradas.

Presidente da Associação de Municípios do Alto Itajaí, onde o CAR chegou a mais de 90% das propriedades, Willando Khurth destacou o engajamento e a conscientização dos produtores como responsável pelo êxito no cadastramento na sua região. Vinícius Lopes, de Óbidos, no Pará, salientou que “O CAR não pode ser visto como custo para o município, mas como investimento na gestão e governança municipal”.

ENGAJAMENTO

A Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que não participou diretamente do debate, mas fez questão de falar aos participantes, lembrou que “os municípios serão cobrados pelos estados a promover a recuperação das áreas”. O CAR é a base para o Programa de Recuperação Ambiental (PRA), destinado a recuperar as áreas de proteção ambiental e reservas legais desmatadas. A ministra ressaltou a importância do engajamento dos gestores municipais e apelou para que “todos os mais de cinco mil municípios concluam o CAR”. Mais de 40% do território previsto está na base de dados do CAR.

Abiove e Aprosoja discutem critérios de sustentabilidade com europeus. Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 09/04/2015

SÃO PAULO - A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e a Associação dos Produtores de Soja e Milho do Mato Grosso (Aprosoja/MT) estiveram em conversações com a Federação Europeia da Indústria de Rações (Fefac) sobre a harmonização de diretrizes europeias e as aplicadas pelo Soja Plus, programa de gestão econômica, social e ambiental da produção brasileira de soja.

Entre 23 e 31 de março, a Abiove organizou um Road Show com o objetivo de apresentar o Soja Plus às empresas europeias consumidoras de farelo proteico, parlamentares europeus e diretores de órgãos ligados à Comissão Europeia, em Bruxelas. Além da sustentabilidade da soja, foram debatidos temas como os pagamentos por serviços ambientais, a conservação de áreas de alto valor e o novo Código Florestal.

O complexo soja é um dos principais itens da balança comercial brasileira, com exportações de US\$ 31,4 bilhões em 2014 (13% do total do país). O bloco europeu é o principal cliente de farelo de soja do Brasil.

Ministra recebe comissão do Conselho Nacional Extrativista. Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 10/04/2015

Em reunião, Izabella Teixeira e representantes fazem balanço de política pública e traçam novos caminhos

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, recebeu, na quinta-feira (09/04), representantes do Conselho Nacional Extrativista (CNS – antigo Conselho Nacional dos Seringueiros) para uma conversa de quatro horas sobre as políticas públicas. “O diálogo

institucional com as populações extrativistas nunca foi tão intenso e aberto”, destacou a ministra.

Durante a conversa, foram repactuadas estratégias que passam pela inclusão produtiva sustentável das famílias extrativistas da Amazônia, inclusive aquelas já beneficiárias do programa de transferência de renda Bolsa Verde. Na ocasião, a ministra Izabella Teixeira foi convidada pela liderança do CNS a participar do III Chamado dos Povos da Floresta, que acontecerá em novembro, com data e local a serem definidos.

Para o presidente do CNS, Joaquim Belo, a agenda com o MMA é positiva. “Queremos avançar cada vez mais, construir os caminhos necessários para dar atenção à pauta extrativista.” Ele destacou que economia da floresta precisa ser fortalecida. “É a garantia que as pessoas vão estar ganhando dinheiro de forma sustentável”. A criação de reservas extrativistas também foi item da pauta da reunião.

Antes do encontro com a ministra, a comitiva do CNS esteve reunida por dois dias com o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Paulo Guilherme Cabral, e sua equipe.

MMA integra preparatória que discute convenções de produtos tóxicos. Rafaela Ribeiro – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 13/04/2015

Diretoras do Ministério do Meio Ambiente participam, em Montevideu, de encontro para a 12ª Conferência das Partes (COP), que trata das convenções de Basileia, de Roterdã e de Estocolmo

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) prepara-se para a 12ª Conferência das Partes (COP) das convenções de Basileia, de Roterdã e de Estocolmo, que acontecerá entre os dias 4 e 15 de maio de 2015, em Genebra, na Suíça. Duas representantes do MMA, Zilda Veloso e Letícia Carvalho, estão em Montevideu, Uruguai, participando da reunião regional preparatória para o encontro e de um workshop de apoio à ratificação e implementação efetiva da Convenção de Minamata, que trata sobre o mercúrio e ainda não foi ratificada.

A visita de Zilda Veloso (Ambiente Urbano) e Letícia Carvalho (Qualidade Ambiental na Indústria) teve início nesta segunda-feira (13/04) e segue até a próxima quinta-feira (17/04). As duas são os pontos focais das quatro convenções (Basileia, Roterdã, Estocolmo e Minamata) no MMA. Esses acordos internacionais tratam de resíduos químicos perigosos. Participam do evento países da América Latina e Caribe. “É a primeira oportunidade de fazer uma preparatória dessa magnitude. É muito bom para a região convergir posicionamentos e, assim, ter mais força para defender suas posições nas decisões emanadas das convenções”, explicou Zilda Veloso.

Os dois primeiros dias do encontro serão dedicados aos assuntos das convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo. Nos dois últimos dias, o empenho será para a ratificação da Convenção de Minamata. Zilda Veloso destaca dois assuntos de grande importância para o Brasil, que serão tratados no encontro: a eficácia da implementação convenção de Basileia e os guias de eletroeletrônicos.

AS CONVENÇÕES:

1) Basileia: Trata do controle da movimentação transfronteiriça e depósito de resíduos perigosos. Os países signatários buscam coibir o tráfico ilegal e intensificar a cooperação para a gestão ambientalmente adequada das substâncias que fazem parte do acordo. No Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) proíbe definitivamente a importação dessas substâncias.

2) Roterdã: Também chamada de Convenção PIC, é um tratado internacional assinado por mais de 75 países sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas. Foi criada, em 1998, com base nos procedimentos que eram adotados voluntariamente por cerca de 145 países em todo o mundo quanto à notificação/regulamentação acerca de algumas substâncias tóxicas (como os agrotóxicos, por exemplo).

3) Estocolmo: Destaca-se por incluir no seu escopo a obrigação dos países signatários de adotarem medidas de controle relacionadas a todas as etapas do ciclo de vida: produção, importação, exportação, disposição e uso das substâncias classificadas, como Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs). Os POPs são substâncias químicas de alta persistência, capazes de serem transportadas por longas distâncias e de se acumularem em tecidos gordurosos dos organismos vivos, sendo tóxicos para o homem e para os animais. Eles circulam globalmente e podem causar danos nos diversos ambientes por onde passam.

MMA tem novo comando para Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 13/04/2015

Com extensa carreira no meio ambiente, Ana Cristina Barros assume o cargo a partir desta segunda-feira (13/04)

A Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) estará sob novo comando. Formada em Ecologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a secretária, Ana Cristina Barros, foi nomeada no Diário Oficial da União (DOU) desta a partir desta segunda-feira (13/04), em substituição a Roberto Cavalcanti, que ocupou o cargo por três anos.

“É uma honra integrar a equipe de gestão do MMA, especialmente, num tempo de realizações tão significativas para o país, como a redução do desmatamento na Amazônia, a conciliação da biodiversidade com a produção agrícola, por meio do Código e do Cadastro Ambiental Rural (CAR), e dos planos de conservação de espécies do patrimônio natural brasileiro”, destacou Ana Cristina Barros.

DEDICAÇÃO AO MEIO AMBIENTE

* Ana Cristina Barros tem 25 anos de experiência de trabalho em meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

* Foi representante da The Nature Conservancy no Brasil por quase dez anos e, nos últimos dois anos, diretora de Infraestrutura Inteligente da organização para a América Latina.

* Morou e trabalhou na Amazônia pela redução do desmatamento e o controle queimadas.

* Em Brasília desde 2003, trabalhou junto ao governo brasileiro na análise e proposição de políticas públicas que conciliam desenvolvimento e conservação, notadamente, a concepção e a proposição do Cadastro Ambiental Rural (CAR) como instrumento de implementação do Código Florestal.

Conservação do solo é ação estratégica do MMA. Leticia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 14/04/2015

15 de abril é o Dia Nacional para conscientização sobre a importância do tema. Em Audiência Pública, na Câmara dos Deputados, ministério pediu aprovação do Projeto de Lei de Combate à Desertificação

Nesta quarta-feira (15/04), comemora-se o Dia Nacional da Conservação do Solo. O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio de programas e apoio a projetos, realiza ações para valorizar as boas práticas de conservação do solo e o combate à desertificação. Procedimentos conservacionistas para um sistema agropecuário que respeite Reservas Legais e Áreas de Proteção Permanente (APP) estão entre as práticas incentivadas pelo MMA para um ambiente de produção sadio na Caatinga, no Cerrado e demais biomas. “Queremos uma abordagem dos recursos naturais para que seja mantida a paisagem e, ao mesmo tempo, ela seja produtiva”, explica o diretor de Combate à Desertificação do MMA, Francisco Campello.

O Dia Nacional da Conservação do Solo foi instituído pela Lei nº 7.876 em 13 de novembro de 1989. O objetivo é dedicar a data à reflexão sobre a necessidade de utilizar corretamente o solo e, assim, viabilizar a manutenção e a melhoria de sua capacidade produtiva, única forma de aumentar de forma sustentável a produção de alimentos, sem degradação ambiental.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em Audiência Pública promovida pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, nesta terça-feira (14/04), o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Paulo Guilherme Cabral, aproveitou para pedir a contribuição dos parlamentares na aprovação do Projeto de Lei nº 1.227/2007, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. Atualmente, o projeto tramita no Senado Federal.

“A Caatinga é um bioma único brasileiro, de alta fragilidade, em uma região populosa que precisa conciliar o uso sustentável dos recursos naturais com a produtividade”, disse. Cabral enumerou itens do Projeto de Lei nº 1.301/2007, que dispõe sobre o “uso e a conservação do solo e da água no meio rural”, como fundamentais para a implementação das políticas públicas voltadas ao tema.

Durante a Audiência Pública, o secretário Paulo Guilherme citou o Cadastro Ambiental Rural (CAR) como mecanismo para o planejamento ambiental e conservação do solo brasileiro. “Estamos articulando estratégias e meios para a finalizar a realização do

CAR”, afirmou. Como exemplo, ele se lembrou do acordo assinado pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, nesta segunda-feira (13/04), no Rio de Janeiro, com nove entidades nacionais para mapear em 4 mil municípios área degradadas suscetíveis de recomposição vegetal.

Participaram da audiência pública o deputado Irajá Abreu, presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados; deputado Rodrigo Martins, 1º Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara; deputado Valdir Colatto, autor do Projeto de Lei nº 1.301/2007, que dispõe sobre o uso e a conservação do solo e da água no meio rural; Caio Rocha, secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Maurício Antônio Lopes, presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); e Arnaldo Colozzi Filho, pesquisador do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR).

PRÊMIO

Em 17 de junho deste ano, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, entregará o Prêmio da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos das Secas (UNCCD - sigla em inglês), que reconhecerá as melhores iniciativas voltadas para a conservação do solo nos ambientes suscetíveis à desertificação. O prêmio vai reconhecer esforços de instituições, propriedades e produtores que lutam para conviver de maneira saudável com as limitações impostas pela semi-aridez. Os resultados do prêmio vão circular no mundo, entre todos os 192 países participantes da UNCCD.

Antes disso, em 28 de abril, Dia da Caatinga, o MMA fará, junto ao Instituto Nacional do Semiárido (INSA), a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), evento comemorativo para dar visibilidade às boas iniciativas de conservação do solo.

MT: Incra vai incluir todos os assentamentos do estado no CAR até 05 de maio – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 14/04/2015

Em parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA), a Superintendência Regional do Incra no Mato Grosso (Incra/MT) deverá fazer a inclusão todos os assentamentos do estado no Cadastro Ambiental Rural (CAR) dentro do prazo previsto.

A meta é que esta atividade esteja concluída até o dia 5 de maio de 2015, data final para a inserção desses dados no sistema.

De outubro do ano passado a março de 2015 já foram inscritos 288 assentamentos rurais federais no CAR, o que corresponde a 74% do total previsto na parceria com a Universidade Federal de Lavras.

Com o CAR, será possível definir as ações de monitoramento e regularização ambiental dessas áreas, bem como auxiliar para que os assentados obtenham créditos agrícolas.

O Cadastro é obrigatório para todos os imóveis rurais e tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente, das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país.

O superintendente regional do Incra/MT, Salvador de Almeida, ressalta que a inscrição no CAR é feita de forma gratuita aos assentados. “Qualquer cobrança para inscrição de assentamentos no CAR é ilegal e pode ser denunciada ao Incra através de sua Ouvidoria Agrária”, afirma.

No caso dos assentamentos o cadastro é feito por perímetro, ou seja, para a área total do assentamento, e não por lote. Com isso, os assentados que se encontram regularmente inscritos na relação de beneficiários do Incra são contemplados.

Ministro recebe representantes do Observatório do Código Florestal. Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/04/2015

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, recebeu nesta terça-feira (14), representantes do Observatório do Código Florestal, em Brasília (DF). No encontro, o grupo entregou ao ministro uma carta com alguns pontos para a efetivação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), uma das principais inovações do Código Florestal, instituído em 2012. “Nosso objetivo é manter esse canal de diálogo sempre aberto. É muito importante seguirmos nesse tema”, afirmou Patrus.

Segundo o representante da WWF-Brasil, Aldem Bourscheit, os agricultores familiares cumprem um papel fundamental na implementação do código. “Das 5,6 milhões de propriedades rurais brasileiras, 90% são de até quatro módulos fiscais, são agricultores familiares. Esses produtores têm um papel importante na efetivação do novo código e, para nós, essa é uma grande oportunidade de levarmos, cada vez mais, a legalidade para a produção no campo”, explicou.

Além dos materiais entregues ao ministro, o grupo se colocou à disposição do Governo Federal para debater as questões ambientais. “O Observatório tem um caráter crítico, mas também propositivo. Somos parceiros para apoiar e debater a temática ambiental no País”, finalizou Bourscheit.

Cadastro

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) tem o objetivo de identificar e integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, visando o planejamento de ações, monitoramento, combate ao desmatamento e regularização ambiental.

Por meio do sistema eletrônico do CAR, serão identificadas em todos os imóveis rurais do país, três áreas específicas: as Áreas de Preservação Permanente, as Áreas de Reserva Legal e as Áreas de Uso Restrito. Permitindo, assim, o conhecimento efetivo do passivo ambiental (o que deve ser recuperado) e o ativo florestal.

No caso de passivo, o proprietário poderá aderir a Programas de Regularização Ambiental (PRA), um termo de compromisso assumindo a recuperação florestal. A inscrição no cadastro é obrigatória para todos os imóveis rurais, sejam eles públicos ou

privados, além de áreas de povos e comunidades tradicionais que façam uso coletivo do território.

“A partir de 2017, quem não estiver cadastrado no sistema não terá mais acesso ao crédito, por isso é tão importante que os agricultores regularizem as propriedades rurais”, afirma o assessor do ministro Marco Pavarino.

Observatório

Criado em maio de 2013, o Observatório do Código Florestal reúne 20 entidades da sociedade civil dedicadas a monitorar a implantação da Lei Federal 12.651/12 Brasil e, sobretudo, acompanhar o desempenho dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e de seu principal instrumento, o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Entre as instituições, estão o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), o SOS Mata Atlântica e a Rede de ONGs da Mata Atlântica.

Venda de orgânicos cresce 11% nos EUA. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 16/04/2015

A crescente demanda por produtos orgânicos nos Estados Unidos garantiu um recorde de vendas no ano passado. De acordo com a Organização de Comércio de Orgânicos (OTA, na sigla em inglês), o segmento faturou US\$ 39,1 bilhões no país em 2014, 11,3% mais que no ano anterior.

Apenas a receita com a venda de produtos orgânicos alimentares totalizou US\$ 35,9 bilhões, valor 11% maior que o do ano anterior. As frutas e vegetais, os orgânicos mais vendidos nos EUA, renderam US\$ 13 bilhões, alta de 12%.

Por sua vez, as vendas de orgânicos não alimentares tiveram o maior salto dos últimos seis anos e garantiram uma renda de US\$ 3,2 bilhões, um avanço de 14%.

O crescimento do segmento já se reflete no aumento da presença desses produtos nos lares americanos. No sul do país, os produtos orgânicos estão entre 68% a 80% das casas. Já no Estado de Nova Inglaterra, quase 90% das casas possuem produtos sem agrotóxicos.

O apetite do consumidor fez com que, no ano passado, as importações americanas de orgânicos alcançassem US\$ 1,3 bilhão. Segundo a OTA, há um interesse tanto por alimentos que não são produzidos no país, como café, banana e manga, como por grãos que são cultivados no país, mas que não são produzidos sem agrotóxicos. Um exemplo é a soja orgânica, que é o segundo principal produto livre de agrotóxicos importado pelos Estados Unidos.

Os resultados têm atraído produtores rurais que estavam à margem do mercado de orgânicos. No ano passado, o número de operações certificadas nos Estados Unidos cresceu 5% e alcançou 19.474, de acordo com o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA).

**Seminário Internacional do Cerrado debate a preservação e destruição do bioma.
Elvis Marques – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 17/04/2015**

Evento aconteceu na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG). Com a presença de representantes de movimentos sociais, pesquisadores e estudantes, o objetivo do seminário foi discutir a preservação do Cerrado e o aumento das monoculturas de soja na savana africana e no Cerrado brasileiro

Aconteceu nesta última terça-feira (14) o Seminário Internacional do Cerrado: Monocultura, Desenvolvimento ou Colonialidade?, no auditório da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG). Com o objetivo de discutir a preservação do Cerrado e o aumento das monoculturas de soja na savana africana e no Cerrado brasileiro, o evento reuniu representantes de movimentos sociais, pesquisadores e universitários.

Participaram da mesa de debate os pesquisadores belgas da Organização Não-Governamental (ONG) Wervel, Dr. Luc Vankrunkelsven e Dra. Lívia Carpas; o professor e pesquisador da UFG Franck Tavares; a representante da Articulação CPT's do Cerrado, Isolete Wichinieski; e o ex-prefeito de Goiânia e presidente da Agência Municipal de Meio Ambiente de Goiânia (AMMA), Pedro Wilson Guimarães (PT-GO).

Na abertura do Seminário, Pedro Wilson discorreu sobre a chegada de instrumentos tecnológicos e insumos agrícolas no Cerrado goiano na década de 1970, e como isso impactou as comunidades desse bioma. De volta aos dias atuais, o petista destacou a necessidade de se pensar uma legislação federal que realmente proteja o Cerrado.

“Precisamos, principalmente, de atuação política no sentido do bem comum. Se nós não agirmos, e logo, a favor da água e da terra, do Cerrado, da fauna e da flora, daqui a pouco nós vamos ver o Cerrado apenas nos museus de animais empalhados ou as terras improdutivas, porque vai chegando o ponto que ela cansa e a água cada vez mais poluída”, pontuou o presidente da AMMA.

A ONG Wervel, entre vários campos de atuação, trabalha, também, na defesa do Cerrado. Inicialmente, o pesquisador Luc Vankrunkelsven apresentou um material gráfico produzido pela organização que comparava a imagem de satélite do Cerrado no Distrito Federal nos anos 50 com uma fotografia atual da mesma área, após décadas de destruição.

Lívia Carpas, odontóloga carioca que reside na Bélgica e contribui voluntariamente para a Wervel, apresentou o documentário “O ritmo da lagarta”, produzido pela instituição, que traz um contraste entre as comunidades do Cerrado e pequenos agricultores belgas, além de abordar a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos. “Na filmagem, vamos falar sobre o problema um pouco [destruição do Cerrado], mas mais sobre a esperança de como podemos mudar o mundo”, destacou Luc, sobre o vídeo.

A representante da Articulação CPT's do Cerrado, Isolete Wichinieski, durante debate no seminário, ressaltou o lançamento da 30ª edição da publicação Conflitos no Campo Brasil 2014, que ocorreu nesta segunda-feira (13), em Brasília. “Isso daqui [mostrando

o livro] é uma amostra dos conflitos que existe no campo brasileiro. Apenas no ano passado foram mais 1.200 conflitos no campo. Então, se a gente olhar que a questão agrária resolve e traz a paz no campo, a reforma agrária e a demarcação e titulação dos territórios, e a garantia dos territórios das comunidades tradicionais é de fundamental importância para a garantia do Cerrado”, destacou.

Ao falar do Cerrado, Isolete destacou o quanto as comunidades tradicionais e seus modos de vida são importantes para a conservação desse bioma. “Dentro dessa área de Cerrado [cerca de 1/3 do território nacional] nós temos uma diversidade enorme, tanto de biodiversidade quanto da própria ocupação desse território. Nós temos comunidades tradicionais quilombolas, pescadores, indígenas, ribeirinhos, vazanteiros, retireiros do Araguaia, geraizeiros, e tantas outras. E essa diversidade está muito relacionada com a forma de viver e produzir na terra, de se relacionar com ela, aos modos de vida que essas comunidades realmente possuem. É essa diversidade cultural que caracteriza nosso Cerrado brasileiro”.

Inkra recebe relatórios antropológicos de três comunidades quilombolas no Piauí – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/04/2015

Foram entregues em março deste ano, os relatórios que oficializam o reconhecimento dos territórios quilombolas da comunidade Contente, situada no município de Paulistana, e das comunidades Pitombeira e Sumidouro, localizadas no município de Queimada Nova. Os relatórios foram elaborados por empresa especializada contratada por meio de licitação, e fiscalizados por técnicos do Incra/PI.

Segundo a coordenadora do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra/PI, Patrícia Macedo Ferreira, antes de serem entregues, os relatórios foram apresentados às três comunidades quilombolas para aprovação das versões finais. Estes documentos servirão para fundamentar o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), que está sendo elaborado, desde o ano passado, pelo Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da autarquia, envolvendo estudos fundiários, agroambientais, cartográficos e cadastramento de famílias.

“A produção do RTID é a primeira etapa do processo de regularização fundiária de territórios quilombolas e representa um grande passo para confirmar a área que deverá ser garantida e reconhecida pelo Estado, como de direito de uma comunidade quilombola. Os RTIDs destas três comunidades estão em nossas prioridades e, se tudo correr conforme planejado, deverão ser publicados ainda em 2015”, disse Patrícia Ferreira.

De acordo com Patrícia Ferreira, o próximo passo, após a conclusão do RTID, será a publicação de Edital que será aberto com um prazo de 90 dias para contestações acerca dos estudos realizados, e informando sobre a disponibilidade do documento na superintendência regional para consultas.

Após a aprovação em definitivo dos RTIDs, o Incra publica Portaria de Reconhecimento declarando os limites do território. Em seguida, acontece a publicação de Decreto Presidencial declarando a área de interesse social para criação do território.

Concluída a fase de desapropriações, a comunidade recebe o título de propriedade coletivo de suas terras.

Para o superintendente regional do Incra/PI, Marcelo Mascarenha, a regularização quilombola no Piauí tem avançado. “Atualmente temos 56 processos de reconhecimento e identificação de áreas quilombolas, em andamento no estado. O reconhecimento dessas áreas está nas metas e diretrizes da nova gestão nacional do Incra”, disse.

As comunidades quilombolas

Com 47 famílias, a comunidade Contente tem sua origem em meados do século XIX, com a história de um ex-escravo que viveu na região. A proposta inicial de delimitação da área do Território Quilombola de Contente é de 636,16 hectares. As famílias têm como principal fonte de renda a lavoura e a criação de animais.

A origem da comunidade Pitombeira remonta ao ano de 1800 e foi fundada por escravos fugidos ou alforriados de fazendas próximas que limitavam o território. São 63 famílias numa área inicialmente proposta de 1570,90 hectares. Elas contam histórias de castigos físicos no tempo em que trabalhavam como vaqueiros, dentre outras funções, nessas fazendas. Possuem projetos de caprinocultura e apicultura.

A comunidade Sumidouro tem área proposta de 977,50 hectares, onde moram 36 famílias quilombolas. A história da comunidade é contada a partir de 1861, tendo origem numa família de ex-escravos de uma fazenda situada no território. A comunidade Sumidouro busca preservar heranças culturais, como a culinária, a capoeira, a “bênção”. Trabalham com produtos medicinais e pedras ornamentais.

Faep solicita novamente prorrogação do CAR após fala da ministra. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 22/04/2015

SÃO PAULO - A declaração da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, de que o prazo para elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR) não será prorrogado, gerou novas críticas do setor produtivo. A Federação da Agricultura do Paraná (Faep), encaminhou novo ofício a Brasília dizendo que a não extensão do prazo representa um “desrespeito inominável” aos agricultores. A declaração da ministra foi feita na semana passada em uma feira rural.

O CAR faz parte da primeira etapa de implementação do Novo Código Florestal e a data limite para fazer o registro dos imóveis rurais é o próximo dia 5 de maio.

No ofício enviado a Brasília, o presidente da Faep, Ágide Meneguette, diz: “Se essa decisão não for revista, o governo causará um imenso problema a mais de 4,5 milhões de produtores. Segundo o próprio MMA apenas 14% dos 5,2 milhões de produtores rurais fizeram ou conseguiram preencher o Cadastro até a primeira quinzena de abril”.

“As declarações de Vossa Excelência imediatamente provocaram reações críticas de produtores e entidades. Já enrolado na economia, na política e com vários setores da sociedade, não parece ser interessante ao governo Dilma se enroscar desta vez com quem ainda oferece saldos positivos à Nação”, continua o ofício.

A Faep argumenta também que o preenchimento do CAR é complexo e há limitação no acesso à internet.

Mesmo com a fala da ministra, um balanço sobre a questão deve sair no final do mês e somente depois disso Brasília irá apresentar um posicionamento definitivo sobre a questão.

Na segunda-feira, a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, afirmou que sua colega da pasta do Meio Ambiente está “formatando uma solução para o CAR”, mas que algo deve beneficiar os Estados que já fizeram grande parte dos cadastros.

Plantar florestas para colher água. Leão Serva – Folha de São Paulo, Colunistas. 27/04/2015

O documentário "O Sal da Terra", sobre Sebastião Salgado, é um merecido sucesso de crítica e de público. Mas entre tantas belíssimas obras suas, o principal legado que Salgado decidiu deixar ao país tem ficado esquecido na ampla cobertura sobre o lançamento do filme dirigido por Win Wenders e Juliano Salgado (filho do fotógrafo). Quem precisa de água fresca tem que ter florestas, o que o artista brasileiro ensina com a experiência da recuperação da fazenda de sua infância.

Essa mensagem simples é ainda mais importante diante da coincidência do lançamento do filme numa época em que vários Estados do Brasil vivem falta sistêmica de água. Salgado não inventou a receita: apenas lembra o que o Brasil já soube no tempo do Império, mas esqueceu.

Em meados do século 19, quando Dom Pedro 2º era imperador do Brasil, o Rio, então capital do país, viveu uma "crise hídrica". O governo logo associou o problema ao desflorestamento das áreas de mananciais em torno da cidade por fazendas de café, ou como chamamos hoje, o "agronegócio".

Por isso, decidiu-se recuperar a floresta na área da Tijuca com o plantio de árvores nativas. Em cerca de 15 anos foram plantadas 100 mil mudas (10% do que Salgado e sua mulher Lélia plantaram em sua fazenda). A água voltou a correr para as torneiras dos cariocas e nasceu ali a maior floresta urbana do mundo, um ponto turístico que garante a perpetuidade do adjetivo "maravilhosa" à antiga capital.

É incrível que tendo esse exemplo embaixo do nariz do país por mais de 100 anos, ele possa ter sido esquecido pelos brasileiros. Ou nem todos: Lélia Salgado lembrava, e quando viu que a terra da infância do marido havia secado, que a cachoeira onde ele brincava com as irmãs não existia mais, propôs que plantassem novamente a floresta.

Como conta o filme, das 400 espécies normais de uma mata atlântica, eles inicialmente dispunham de cem. As árvores levam cerca de 20 anos para atingir o tamanho necessário para a floresta funcionar plenamente como fábrica e armazém de água. Mas esse momento ainda nem chegou e já há cerca de cem olhos d'água brotando de novo. Até um lago ressurgiu naturalmente.

Em uma entrevista que me concedeu, Salgado narrou emocionado que um funcionário da fazenda viu o exato momento em que um jacaré todo sujo de terra, com jeito de quem caminhara por muito tempo, apareceu e mergulhou na água fresca do lago.

O regime de chuvas já está voltando ao normal na terra do fotógrafo convertido em criador de florestas. Exatamente como aconteceu na Tijuca 150 anos atrás.

O Sudeste brasileiro já vive o mês de abril do terceiro ano de estresse hídrico. Nem os Estados e nem os municípios que sofrem a falta de água iniciaram projetos importantes de reflorestamento em seus mananciais. Ao contrário, em São Paulo existem até propostas de reduzir parques para construir prédios populares (onde vai faltar água).

Em vez das grandes e caras obras de reversão de bacias, que fazem alegria de grandes empreiteiras, mas exportam o problema da falta de água para regiões distantes, o replantio de florestas é uma forma barata e eficiente de fazer os reservatórios subirem de novo.

Basta seguir o ensinamento do Imperador, renovado por Sebastião Salgado: é preciso plantar florestas para colher água.

Recuperação de 800 nascentes no Paraná recebe prêmio da ONU. Eliane Trindade – Folha de São Paulo, Empreendedor Social. 27/04/2015

Faz dois anos que Luiz Alberto Trentin, o Sassá, resolveu o problema de água em seu sítio a 20 km de Marechal Cândido Rondon (PR). O paranaense gastou R\$ 300 para recuperar a nascente que abastecia o local. " Fizemos uma faxina, tirando pedra, areia e lixo que impediam a água de correr", conta.

Desde então, Sassá trocou a criação de seis cabeças de gado pelo cultivo de sorgo-vassoura, que vira a palha utilizada para fabricar o utensílio caipira. Virou gestor ambiental no município e transformou a experiência em profissão. Oferece serviços de desassoreamento e já acompanhou o renascimento de 200 córregos na região.

Um feito que ganhou reconhecimento da ONU. Em 30 de março, o prefeito de Marechal Cândido Rondon, Moacir Froehlich, esteve na sede das Nações Unidas em Nova York integrando comitiva liderada pelo diretor-geral de Itaipu, Jorge Samek, para receber o prêmio de melhor gestão de recursos hídricos do mundo.

"É uma iniciativa que tem potencial para transformar a vida de milhões de pessoas, porque apresenta possibilidades extraordinárias", afirmou o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, durante o evento.

Inscreva-se para o Prêmio Empreendedor Social e para o Prêmio Empreendedor Social de Futuro 2015.

A premiação internacional foi conferida ao programa Cultivando Água Boa, lançado em 2003 por Itaipu e que envolve atualmente 29 municípios na área de influência da usina hidrelétrica.

"É um reconhecimento que se estende a mais de 2.000 parceiros. Somos os organizadores", diz Samek. "Trata-se de um programa participativo, no qual a responsabilidade é compartilhada por todos os atores sociais da bacia hidrográfica."

Em Nova York, os representantes da Cultivando Água Boa puderam exibir para o mundo resultados como 800 nascentes recuperadas, 1.300 km de matas ciliares replantadas e preservação de 23 mil hectares de solo, em 12 anos.

GERANDO INCLUSÃO

"O programa nasceu do desejo de gerar não só energia, nosso negócio, mas também inclusão social e produtiva", explica Nelton Friedrich, diretor de Meio Ambiente de Itaipu. "Saímos de ações fragmentadas para um modelo que envolve a comunidade, fazendo nexos entre água, energia, produção de alimentos, saúde e educação para sustentabilidade."

Em um desses elos está Marlene Schmitz, que hoje produz verduras e legumes orgânicos em meio hectare (5.000 m²) de uma vila rural no município de São Miguel do Iguaçu. A ex-zeledora trocou um lote na cidade pelo pedacinho de terra no campo para investir na agricultura familiar.

"Hoje, vendo toda a minha produção para a merenda escolar. Foi uma mudança de vida que começou com a parceria com o Cultivando Água Boa", diz a agricultora, que se tornou presidente da Associação dos Produtores da Agricultura e Pecuária Orgânica do município.

DEJETO ENERGÉTICO

Representante dos colegas que aplicam o programa na região da Bacia do Paraná 3, o prefeito de Marechal Cândido Rondon também viu nascer crias do Cultivando Água Boa.

Ele cita o Condomínio de Agroenergia para Agricultura Familiar, que transforma dejetos de suínos e bovinos, antes poluidores das águas, em energia. "São 40 pequenas propriedades que contam com biodigestores e produzem fertilizantes e biogás", explica o prefeito.

Os sítios foram todos interligados por uma rede de canalização que leva o gás metano produzido a partir de dejetos até uma micro central, onde vira eletricidade. Um acordo com a concessionária do Estado do Paraná faz com que o valor do excedente de energia, em torno de R\$ 2.000 mensais, seja rateado entre os proprietários.

O projeto teve início em 2010, ao custo de R\$ 2 milhões, bancado meio a meio por Itaipu e o município. "A poluição antes era enorme, tirando a vida dos pequenos arroios. Não tinha peixe, só mosquitos. Foi um ganho para a natureza e para a vida das pessoas. Resolvemos o problema da água e melhorou o ambiente das pequenas propriedades", diz o prefeito.

O envolvimento de cooperativas de produtores rurais e piscicultores resultou em outros ganhos. "Hoje, pagamos aos agricultores para cuidar das nascentes e manter limpos os reservatórios", diz Froehlich, que preside o Conselho dos Municípios Lindeiros, que estão na área de influência de Itaipu.

Sassá também faz contas: produz 3.500 vassouras por ano em seus 2 hectares, semeando com água que brota da terra. "Não tem coisa mais gratificante do que ver uma nascente recuperada", diz.

Ele viu a mudança de mentalidade de outros pequenos produtores. "No início, alguns não queriam se cadastrar no Cultivando Água Boa com medo de perder terra", relata. Agora, ele conta que muitos vieram pedir para recuperar os veios de água e ajudar a replantar o pedacinho de mata que vai dar vida novamente às antigas nascentes. "Itaipu trouxe a gestão, mas se não fosse o envolvimento das pessoas o programa não ia adiante."

DO MICRO AO GLOBAL

A lógica do Cultivando Água Boa tem sido a de valorizar as microbacias e sua gente. "É onde vivemos. Fizemos um pacto da água na região, construindo um convencimento de quanto preservar é importante para cada um e também para cada microbacia, para o município, o país e o planeta. Partimos do local para o global", explica Nelton.

Criou-se um movimento que gerou a "cultura da água", segundo ele. "São família recuperando nascentes nos seus sítios, prefeituras engajadas e transformando a recuperação em lei municipal. Tudo isso gera ambiente propício para a sensibilização quanto a três questões fundamentais: o que se faz para, com e na água."

A aposta é numa nova ótica. "Estamos chamando a atenção do prefeito, da escola, da cooperativa, do homem do campo e da cidade para a essencialidade da água", diz Nelton. "Nesse contexto, a água passa a ser vista como insumo e não como mercadoria. Por isso tem que ser cultivada, tratada e até cultuada como templo da vida vegetal, animal e humana."

Cadastro Ambiental Rural é tema de reunião entre ministros do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente. Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/04/2015

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, e a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, estiveram reunidos nesta terça-feira (28), em Brasília (DF), para discutir sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR). A ferramenta é uma das principais inovações do Código Florestal, instituído em 2012, e identifica e integra as informações ambientais das propriedades e posses rurais.

Segundo Patrus, o objetivo do encontro é reforçar a parceria entre os ministérios. "Estamos aqui para somar esforços para que a gente possa viabilizar o CAR", ressaltou. Até o dia 5 de maio, agricultores familiares de todo o País devem preencher o cadastro eletrônico e, assim, continuar acessando políticas de crédito do Governo Federal.

Cadastro

Por meio do sistema eletrônico do CAR, são identificadas em todos os imóveis rurais do país, três áreas específicas: Áreas de Preservação Permanente; Áreas de Reserva Legal; e Áreas de Uso Restrito. O cadastro permite, assim, o conhecimento efetivo do passivo ambiental (o que deve ser recuperado) e o ativo florestal.

No caso de passivo, o proprietário poderá aderir a Programas de Regularização Ambiental (PRA), um termo de compromisso assumindo a recuperação florestal. A inscrição no cadastro é obrigatória para todos os imóveis rurais, sejam eles públicos ou privados, bem como de áreas de povos e comunidades tradicionais que façam uso coletivo do território.

Acesso à terra e agroecologia foram pontos de debate no 3º Festival da Juventude Rural – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/04/2015

Acesso à terra, sucessão rural, agroecologia e soberania alimentar foram os temas debatidos, nesta terça-feira (28), por mais de 400 jovens e representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em um dos painéis temático que compõe a programação do segundo dia do 3º Festival da Juventude Rural da Contag, em Brasília. O objetivo do painel é aprofundar as discussões dos diferentes temas propostos, a partir da ótica da juventude e de experiências exitosas apresentadas.

De acordo com o secretário de Reordenamento Agrário (SRA/MDA), Adhemar Almeida, o MDA aposta num modelo de desenvolvimento rural, onde a exploração da propriedade se apoia no trabalho da família, tornando essencial o aprimoramento das políticas e programas do ministério que fortalecem a sucessão e a consolidação da agricultura familiar.

“Quando discutimos o acesso à terra, o cooperativismo, a agroecologia e a preservação ambiental com jovens rurais, estamos fortalecendo o modelo de produção e de um projeto de Brasil que vê na agricultura familiar o caminho para assegurar a forma sustentável de uso da terra e a soberania alimentar”, comentou Almeida.

Protagonismo da juventude

O jovem paranaense, beneficiário do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), Odair Brum, reforçou a importância do programa na estruturação de toda a família. “O Crédito Fundiário me permitiu comprar uma área ao lado da propriedade do meu pai. Isso possibilitou que desenvolvêssemos juntos novas culturas, ampliando a nossa produção e triplicando a renda da família. Agora chegou a vez dos meus irmãos adquirirem suas propriedades pelo PNCF”, comentou Brum ao destacar que os jovens já estão finalizando a contratação da terra, que fica a dois quilômetros da propriedade dos pais.

Já Deusiana Silva, jovem acampada, há nove anos, no Sul do Pará, ressaltou que no acampamento em que vive são promovidos regularmente cursos nas áreas de agroecologia e de preservação ambiental. “Nosso objetivo é conscientizar os agricultores sobre o uso correto e sustentável da terra, mesmo antes de sua aquisição.”

Aumenta o desmatamento em Roraima. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 28/04/2015

Distante milhares de quilômetros dos grandes centros consumidores do país e mais próxima de Caracas, a capital venezuelana, que de Brasília, Roraima vive um período de gradual crescimento do agronegócio. Nos últimos anos, produtores rurais de Mato

Grosso aterrissaram no Estado em busca da expansão de suas atividades, seguindo notícias sobre as terras baratas e disponíveis para as lavouras. Com eles, Roraima teve acesso à expertise do Centro-Oeste no plantio de soja, que tanto colabora para a consagração do Brasil como "celeiro" agrícola mundial.

O que era para ser uma história só de sucesso, porém, também embute riscos. Um deles é que, em alguns casos, a lógica de semear a soja em áreas onde rebanhos de bois pastavam, mas que antes eram ocupadas por florestas, ganha o caráter perverso de servir de estímulo adicional às motosserras, pelo poder que tem de conferir maior liquidez à propriedade em questão. E, por conta disso, o Estado entrou no radar nacional do desmatamento da Amazônia.

Entre agosto de 2014 e fevereiro, a taxa de desmatamento acumulado em Roraima só perdeu do líder incontestado Mato Grosso do corte raso. Foram 12 Km², ou 28% do desmatamento total na Amazônia Legal neste intervalo. Os números são do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), mantido pelo Imazon, que produz um monitoramento mensal da Amazônia Legal.

Na medição oficial do governo, que é o Deter, produzido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o desmate em Roraima subiu quase 40% entre um ano e outro - uma devastação de mais de 23 mil hectares de floresta.

Roraima também salta aos olhos na lista do Imazon de municípios que mais desmataram em fevereiro, último mês com visibilidade suficiente para capturar imagens de satélite. Quatro em dez municípios são de lá. Em março, as nuvens cobriam 86% do espaço aéreo de Roraima, inviabilizando a coleta de dados.

Ainda não é possível associar diretamente o quadro de degradação ambiental com o cultivo de soja. As áreas desmatadas estão mais ao sul de Roraima, enquanto a soja segue restrita ao chamado "lavrado", área de transição entre Amazônia e Cerrado. Mas o Ministério Público Federal e o Ibama temem que isso vá acontecer, dada a especulação de terras em curso. "A expansão da soja nos preocupa por causa da fragilidade fundiária no Estado", diz o procurador Fábio Brito Sanches. "Com a promessa do governo federal de passar para as mãos do Estado a gestão de parte do território, começou a corrida especulativa", afirma ele.

Criado com a Constituição de 1988, Roraima vive um limbo fundiário. Desde 2009, o governo federal está em vias de transferir 5,9 milhões de hectares da União para o Estado. Enquanto não finaliza o processo, quem chega primeiro vira dono da terra. É um processo histórico de grilagem - ocupação ilegal de áreas públicas - que acontece em toda a Amazônia.

A diferença, diz o MPF, é que nos demais Estados a fiscalização e o controle estão mais avançados. Ele cita como exemplo o Pará: a Secretaria de Meio Ambiente é mais estruturada e o número de propriedades com o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é muito maior. Com o CAR é possível mapear áreas rurais e consequentes desmatamentos.

Outro problema é a corrupção. Não raramente, o desmatamento cresce com o consentimento das próprias autoridades estaduais. As madeireiras obtêm permissão para

a derrubada de árvores, mas fraudam esses documentos de diversas formas. "É um ambiente de legalidade duvidosa", diz Ciro Campos, representante do Instituto Socioambiental em Boa Vista.

Duas investigações da Polícia Federal e do Ibama trouxeram luz à ilegalidade no Estado, até então mais conhecido pelos conflitos com indígenas da Reserva Raposa Serra do Sol. Na maior delas, em 2012, foi deflagrada a "Operação Salmo 96:12" para desarticular uma complexa organização criminoso responsável pela guinada no desmatamento. Inúmeros servidores foram presos.

Com a terra "limpa", o primeiro movimento é a venda da madeira. Depois a área é destinada à pecuária. Só então vem a lavoura. Por isso a preocupação do MPF e Ibama. Fernando Sampaio, representante da Abiec, a associação de exportadores de carne bovina, defende seu segmento e lembra que Roraima representa somente 0,18% do abate do país. "É um Estado que não está inserido no comércio nacional de carnes. O rebanho é só a desculpa para ocupar a terra", diz.

Para a soja, o governo de Roraima tem fortes ambições. O Estado conta com a vantagem competitiva de cultivar e colher fora da janela tradicional da safra brasileira, já que segue o calendário americano por estar mais próxima do Hemisfério Norte. Quando chove no resto da Amazônia, lá é seca e é possível plantar.

Roraima semeou em 2014 somente 18 mil hectares com o grão - uma propriedade de tamanho médio em Mato Grosso. O governo estadual anterior previa que a área seria duplicada em 2015 e que depois cresceria cerca de 20 mil hectares por ano. A atual gestão preferiu não conceder entrevista.

Patrus Ananias destaca importância dos territórios para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Jalila Arabi – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/04/2015

Representantes dos 26 estados brasileiros estiveram reunidos em Brasília (DF) para o Encontro de Planejamento da Coordenação Política da Rede Nacional de Colegiados Territoriais. O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, participou, nesta quarta-feira (29), do encerramento do evento, que discutiu o planejamento das ações e políticas nos colegiados para os próximos dois anos.

Em sua fala, o ministro destacou que os territórios são muito importantes para o desenvolvimento do País. "Estou cada vez mais convencido de que o Brasil que nós queremos e estamos trabalhando para construir - um Brasil justo, solidário, soberano no cenário internacional, um país economicamente forte e socialmente justo e saudável do ponto de vista ambiental - passa pela questão dos territórios. O Brasil ainda possui muitas desigualdades e a busca por essa igualdade passa justamente pelos territórios."

Patrus reafirmou, também, o compromisso do MDA com a reforma agrária. "Dentre as prioridades do nosso governo, estão o assentamento das famílias acampadas e a transformação desses assentamentos em espaços produtivos, autossustentáveis e que sejam também espaços de vida", ressaltou.

O secretário de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), Humberto Oliveira, afirmou que esses encontros são imprescindíveis para a agricultura familiar. “Esse é um momento de planejamento da Rede e temos uma parceria muito forte com ela. A SDT quer ter nessa rede uma escuta privilegiada, porque o que a gente recebe de informações, de contribuições desse grupo é o que está se passando nos territórios rurais do Brasil. Por isso, temos que levar tudo isso em consideração. Promovermos o desenvolvimento territorial com o protagonismo do povo e aqui estão os principais representantes.”

O encontro começou na segunda-feira (27) e reuniu 52 participantes, dois para cada estado. A iniciativa é da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) e levantou questões como o fortalecimento e articulação institucional, comunicação, apoio ao aprimoramento da política e participação nas conferências.

Política territorial

O vice-coordenador executivo da Coordenação de Política da Rede Nacional de Colegiados Territoriais, Josenilton Xavier do Amaral, salientou a importância da política territorial. "Nesse momento que estamos vivendo, nada é mais importante do que uma política territorial como essa, em que todos estão representados", disse, em referência aos representantes de todo o Brasil presentes na reunião. O próximo passo, segundo ele, é começar os trabalhos definidos no Encontro.

Inkra e Conaq discutem desenvolvimento de comunidades quilombolas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/04/2015

O desenvolvimento de comunidades quilombolas no Brasil foi o tema central da reunião da Presidência do Incra com integrantes da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), realizado na manhã desta quarta-feira (29), na Sede da autarquia, em Brasília.

Após relato do histórico das lutas das comunidades negras por séculos no Brasil, a criação da Coordenação em 1996, o surgimento do Programa Brasil Quilombola em 2004, as ações do Governo Federal - com 11 ministérios (no geral) e do Incra, de forma específica -, os integrantes da Conaq passaram a discutir propostas de desenvolvimento dos territórios quilombolas.

A base da discussão foi a “Carta da Conaq”, um documento enviado ao ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, no qual é relatada a atual situação das comunidades quilombolas no país e apontada uma série de ações necessárias ao desenvolvimento dessas áreas. Algumas dessas ações são: continuidade do Programa Brasil Quilombola; criação de espaços de participação da população negra; mais recursos para saúde e educação; habitação rural quilombola; assistência técnica.

Segundo Denildo Rodrigues, da Coordenação Nacional da Conaq, reuniões como esta com a Presidência do Incra são muito importante para o desenvolvimento das comunidades quilombolas. “Discutir diretamente com a presidente do Incra ações para melhorias das comunidades é muito importante para fortalecer a política de

reconhecimento dos quilombolas e garantia dos espaços conquistados. O Inkra precisa evoluir na regularização das comunidades quilombolas e na garantia das melhorias da qualidade de vida nestes locais”, afirma.

A presidente do Inkra, Maria Lúcia Falcón, disse que é um compromisso do Governo Federal e do MDA o reconhecimento e o desenvolvimento das comunidades quilombolas. “O reconhecimento do direito à terra é essencial para o desenvolvimento das áreas remanescentes de quilombo. Para fazer isso com eficiência é que estamos planejando o Inkra para os próximos 10 anos. Esse planejamento é participativo, com contribuição também do público beneficiário, como os quilombolas”, assegurou.

Falcón convidou a Conaq a participar de planejamento de ações do Inkra em evento que irá ocorrer na Comunidade Quilombola Sacopã, no Rio de Janeiro, em maio próximo. Devem participar deste evento, além de servidores do Inkra, profissionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), vinculada à Presidência da República, e da Fundação Cultural Palmares – entidade que faz o reconhecimento das comunidades quilombolas.

Pelo Inkra participaram ainda da reunião, o chefe da Procuradoria Federal Especializada (PFE), Júnior Fidelis, o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Richard Torsiano, e o assessor da Presidência, João Scaramella.

Programa Brasil Quilombola

O Programa Brasil Quilombola (PBQ) reúne ações do Governo Federal para as comunidades remanescentes de quilombos. A Seppir, para fins de aplicação do PBQ, considera o levantamento da Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, que mapeou 3.524 dessas comunidades – dentre as quais 1.342 são certificadas pela Fundação.

As metas e recursos do PBQ envolvem 23 ministérios e órgãos federais e têm como principais objetivos a garantia do acesso à terra; ações de saúde e educação; construção de moradias, eletrificação; recuperação ambiental; incentivo ao desenvolvimento local; pleno atendimento das famílias quilombolas pelos programas sociais, como o Bolsa Família; e medidas de preservação e promoção das manifestações culturais quilombolas.

Antigo latifúndio de eucalipto vira assentamento agroecológico – Site do MST. 30/04/2015

Nesta quinta, foi realizado a imissão de posse da antiga Fazenda Colatina, no município de Prado, extremo sul da Bahia

Motivados pela simbologia das ferramentas de trabalho, da produção e participação de homens e mulheres na construção da Reforma Agrária, cerca de 2 mil trabalhadores Sem Terra estiveram presentes nesta quinta-feira (30) no Ato de Imissão de posse dos Assentamentos Jaci Rocha e Antônio Araújo, localizados no município do Prado no Extremo Sul baiano.

O ato foi marcado pela assinatura do decreto de emissão de posse da fazenda Colatina e Cotia pelo Governador da Bahia Rui Costa, o Ministro da Defesa Jaques Wagner e o Ministro de Desenvolvimento Agrário Patrus Ananias.

Além disso, foi entregue diversos cartões que dão acesso às mulheres assentadas na região ao crédito fomento mulher do governo federal para fortalecer a produção agrícola.

O decreto de imissão de posse atenderá 227 famílias que foram assentadas em 4 mil hectares de terra. Para o MST, este momento simboliza um novo ciclo de conquistas e de lutas pelo Movimento contra a ofensiva do agronegócio e a favor da Reforma Agrária.

Em defesa desta bandeira, o governador Rui Costa (PT – BA), aponta outros desafios para os trabalhadores recém assentados. “Precisamos agora fortalecer os nossos mecanismos de produção e ser referência para todo Brasil”.

Contexto Social

Foram necessários quatro anos de resistência, após diversas ocupações de terra protagonizadas pelas mulheres Sem Terra em plantações de eucalipto de empresas transnacionais, para que as famílias dos Acampamentos Jaci Rocha e Antônio Araújo conquistassem as Fazendas Colatina e Cotia.

Genoaria da Conceição, mais conhecida como Gina, assentada no Jaci Rocha, se emociona ao lembrar do primeiro contato com o MST.

“Tive muita resistência para iniciar a luta no Movimento. Com o tempo e os diversos convites comecei a participar. De imediato gostei muito da canção arroz deu o cacho. As dificuldades foram muitas, mas nunca desisti e sempre sonhei com a conquista da terra”.

“Hoje eu quero seguir lutando e trazer mais pessoas para terra”, conclui Gina.

O assentado Jair Alves declara que é uma satisfação muito grande militar nesta luta. “No movimento eu não desisto nunca, eu falei que o vermelho do meu sangue se envolve com o da nossa bandeira e isso me motiva a seguir adiante defendendo a Reforma Agrária Popular”.

“Se eu não estivesse hoje com minha terra e produzindo, eu estaria trabalhando em alguma plantação de eucalipto e sendo explorado”, enfatiza.

Para os trabalhadores este ato representa que a Reforma Agrária é possível, especialmente numa região de grandes latifúndios controlados por grupos políticos conservadores que oprime a classe trabalhadora e podam os sonhos de transformação.

Reforma Agrária

O ato político de emissão de posse foi construído coletivamente pela militância do MST na Bahia por compreender a importância deste momento histórico, onde a classe trabalhadora vem sofrendo com a ofensiva do capital e perdendo direitos.

Durante o processo, os trabalhadores contaram com a presença de diversas representações públicas federais, estaduais e regionais, que trouxeram reflexões sobre a situação da Reforma Agrária no país.

Maria Lúcia Falcón, presidenta do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), afirma que o órgão público precisa passar por reformas urgentes. “Nossa tarefa quanto Incra é garantir que a desapropriação se efetive em nosso país cada vez mais, porém, nosso espaço precisa ser modernizado tecnologicamente para agilizar e diminuir o tempo de espera dos trabalhadores que lutam pela terra”.

“Estamos abrindo as portas para a construção de um campo sustentável e emancipado. Para isso, é necessário cobrar do estado a construção e o financiamento de espaços públicos que garantam e legitimam a pauta da classe trabalhadora”, conclui Falcón.

Entendendo esta realidade, Valmir Assunção, Deputado Federal (PT – BA), acredita que para mudar este cenário é necessário realizar cobranças pontuais ao estado para garantir os direitos sociais.

“Na Bahia, nós temos diversos acampamentos. Porém, a Reforma Agrária só vai acontecer se construirmos alianças sociais e defender esta bandeira, não importa a instância política”, enfatiza o deputado.

Já Marcio Matos da direção nacional do MST, diz que “a Reforma Agrária não pode ser vista como uma política pública. Ela precisa ser vista como a garantia de desenvolvimento econômico e social para nosso país”.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrgio, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa